

Empreendimentos econômicos solidários: implicações da ação externa

Ataulpa Luiz de Oliveira

Psicólogo e especialista em Gestão de negócios em contexto empreendedor pela Univers. Feder. de São João del Rei (UFSJ), Mestre em Administração pela Univers. Feder. de Lavras (UFLA).



Artista: Jorge Pinzón

Resumo

Ações da economia solidária são entendidas por muitos como formas mais solidárias de produzir e distribuir bens e serviços materiais e imateriais. De modo geral, esses empreendimentos são apoiados/assessorados por pessoas ou entidades denominados como agentes, apoiadores, mediadores. *A priori*, esses agentes se vinculam aos

empreendimentos com intuitos que vão desde trabalhos assistencialistas, até intervenções que buscam uma gestão participativa plena. No âmbito desse texto, que possui contornos bibliográficos, objetiva-se discutir a prática dos agentes/mediadores junto aos empreendimentos econômicos solidários no processo de gestão desses grupos. A relevância deste estudo é evidenciada pelo grande número de empreendimentos que necessitam da atuação de apoiadores seja para se instituir e se manter, por meio de financiamento, assessoria, organização e, ou na gestão das atividades. Conclui-se que o debate do processo de apoio seja constante, pois, dependendo da forma de sua atuação podem ocorrer problemas relacionados à construção da autogestão e de sua apropriação.

Palavras-chave: agente externo, gestão de empreendimentos solidários, autonomia.

Abstract

Actions of solidary economy are as way to produce and distribute goods and services of tangible and intangible. In general, these enterprises are supported/advised by persons or entities known as agents, supporters, mediators. In principle, these agents are tying with the socials enterprises purposes ranging from assistance works, to interventions that seek a full participatory management. Within this text, which has contours literature, it aims to discuss the practice of agents/mediators with the social economic enterprise, specifically in the management of these groups. The relevance of this study is evidenced by the large number of enterprises that need the performance of supporters to establish and to maintain, through funding, advice, organization, and in the management of activities. It is concluded that the discussion of the support should be constant, then, depending on the form of action may happening problems related to the construction of the autogestion and its ownership

Key-words: *external agent, management of social enterprise, autonomy.*

1. Introdução

Diante das transformações e crises ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas, formas mais solidárias de produzir e distribuir bens e serviços materiais e imateriais vêm surgindo nos últimos anos, sendo denominadas de economia solidária. Elas têm se apresentado como alternativa para trabalhadores que se encontram fora do mercado formal de trabalho, fazendo surgir práticas de relações econômicas e sociais que propiciam a sobrevivência e a melhora da qualidade de vida de pessoas que se encontram à margem da sociedade. (GAIGER, 2004; SINGER, 2002a; 2002b)

De modo geral, esses empreendimentos são apoiados/assessorados por pessoas ou entidades (técnicos sociais de ONG's, Poder Público, Universidades, entidades religiosas, entre outros) denominados como agentes, apoiadores, mediadores (Léon-Cedeño, 1999; Nóbrega, 2006; Pereira, 2001). *A priori*, esses agentes se vinculam aos empreendimentos com intuítos que vão desde trabalhos assistencialistas, até intervenções que buscam uma gestão participativa plena.

No âmbito desse texto, que possui contornos bibliográficos, propõe-se discorrer sobre a prática dos agentes/mediadores junto aos empreendimentos econômicos solidários no processo da autogestão desses grupos. Ou seja, tem-se como debate norteador do presente trabalho, as implicações da prática dos agentes/mediadores no que tange a gestão de empreendimentos solidários.

A importância deste estudo é evidenciada pelo grande número de iniciativas da economia solidária que necessitam da atuação dos agentes/mediadores para se instituir e se manter, seja por meio de financiamento, seja pela assessoria na mobilização, na organização e, ou na gestão das atividades. Dependendo da forma de atuação desses agentes/mediadores (mais ou menos participativa) podem ocorrer problemas relacionados à construção da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários, bem como da apropriação dessas iniciativas por parte dos membros do grupo. (LEON-CEDEÑO, 1999).

Vale ressaltar, que este artigo se apresenta com características qualitativas e é essencialmente bibliográfico. E que, possui diversas limitações, entre elas, a principal é decorrente da amplitude e complexidade dos problemas

que nele são abordados e debatidos. Mesmo sabendo de tais aspectos, espera-se que as reflexões e observações feitas encorajem a realização de outras discussões que não foram aqui tratadas e que possam vir a contribuir com o debate proposto.

Para discorrer sobre tal temática, utiliza-se, além desta introdução, uma breve revisão de literatura onde debate-se autogestão, o papel dos agentes, mediadores, passando para uma discussão acerca de poder e conflito e finalizando a sessão com uma menção à temática de mediação e suas formas de atuação. Após o relato teórico, parte-se para a terceira etapa do presente texto, onde a discussão de assuntos relacionados ao tema ocorrem. Na parte final deste trabalho, denominada, conclusão, alguns questionamentos e apontamentos buscam sinalizar para uma necessidade de aprofundamento e estudos futuros sobre a temática outrora proposta.

2. Revisão de Literatura

Diante das transformações por que passa o mundo do trabalho, a economia solidária vem se apresentando como uma possibilidade ao enfrentamento de parte do desemprego, da exclusão social e ainda, se configura como possibilidade de melhoria na qualidade de vida de seus atores. (SINGER, 2002; GAIGER, 2004)

Nesse movimento, a constituição de associações ou cooperativas de trabalho tem buscado se pautar por princípios ideais que orientam a sua atuação (GAIGER, 2004). Essas práticas envolvendo relações econômicas e sociais geram oportunidades às pessoas que se encontram sem grandes chances de entrada no mercado formal de trabalho ou mesmo que foram afetadas pelo desemprego e não conseguem se re-inserir nesse mercado.

A economia solidária é vista por Singer (2002:23) como outro modo de produção, que tem como resultado a solidariedade e igualdade:

“Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito a liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cooperativas ou em uma outra sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”.

Para este autor, a economia solidária é ainda, uma estratégia de luta do movimento popular e operário contra o desemprego e a exclusão social. “Ela aproveita a mudança nas relações de produção provocada pelo grande capital para lançar os alicerces de novas formas de organização da produção, à base de uma lógica oposta àquela que rege o mercado capitalista”. (SINGER, 2002:27)

Os empreendimentos nela inseridos têm entre seus princípios de constituição e organização, a autogestão, que não deve ser concebida somente, como uma noção ou conceito técnico, passível de ser ensinada ou aprendida por outras pessoas, deve ser vivenciada em um processo contínuo e cotidiano de construção. Teoricamente, autogestão refere-se à gestão por todos, oposto de uma gestão de alguns, hierarquicamente definidos. (LÉON-CEDEÑO, 1999)

A autogestão, no contexto da economia solidária, deve ser vista como sendo um processo organizativo característico e que ocorre no cotidiano dos empreendimentos solidários, pode-se dizer de uma forma de organização que caracterizaria as iniciativas da economia solidária. Isso significa que deve-se

buscar nos membros dos empreendimentos o reconhecimento de capacidades, de habilidades, de conhecimento, seja na mobilização, na organização ou na gestão.

Fato que se observa, ainda nesse contexto, é que, a construção da autogestão se dará, muitas vezes de modo conflituoso e que os embates interpessoais fazem parte desse processo, e por tanto, não devem ser entendido como um problema a ser resolvido. (NÓBREGA, 2006).

Para que a autogestão ocorra, é preciso que haja o envolvimento dos indivíduos no processo. Alguns autores apontam alguns aspectos que podem dificultar a organização desse processo, entre esses fatores aparecem questões culturais, estruturais, educacionais. (BOURDIEU, 1998; LEON-CEDEÑO, 1999; NÓBREGA, 2006; SINGER, 2002; VERONESE e GUARESCHI, 2005).

A atuação de entidades e, ou pessoas, externas à comunidade ou grupo, têm sido freqüentes junto aos empreendimentos econômicos solidários. O modo como essa atuação acontece e como esses “externos” se inserem no cotidiano de trabalho pode vir a ser um fator de peso para a assunção de sujeitos autônomos e no domínio da gestão dos seus próprios empreendimentos. O que, foi mencionado acima, como fator característico desse tipo de organização.

Constata-se sobremaneira, que os agentes/mediadores auxiliam a dinâmica dos empreendimentos, seja por meio de financiamento, seja pela assessoria na mobilização, na organização e, ou na gestão das atividades. Sua participação no cotidiano de trabalho da economia solidária tem se evidenciado com o aumento complexificação social e da produção, além da crescente demanda e pressão externa, no que tange o relacionamento com o mercado. Com esse processo crescente de complexidade tem-se então, a possibilidade uma maior efetividade na participação e no poder delegado aos especialistas, estes, que geralmente pertencem a uma realidade social diferente.

Desse modo, propõe-se o questionamento acerca da maneira como esses personagens participam, atuam e conduzem o processo de autogestão nos empreendimentos econômicos solidários. E, como ressalta, Leon-Cedeño (1999: 156), é através da construção da autogestão que as relações entre “agentes internos” e “externos” pode ser problematizada, “de modo à contra-argumentar o perigo de naturalizar a ação do agente externo como sendo boa por definição”.

2.1. A autogestão, os agentes, mediadores e apoiadores.

Visto que nosso ponto de debate nesse artigo é a prática dos agentes, mediadores e apoiadores junto aos empreendimentos solidários, a conceituação da autogestão não figura como ponto central nesse momento, servindo, claro, como base essencial para as pretensões dessa proposta. Sendo assim, um trabalho aprofundado desse conceito não se faz necessário nesse momento. Contudo, é preciso demarcar os princípios dessa forma de gestão.

As iniciativas da economia solidária utilizam uma estrutura horizontalizada de gestão. A princípio, um processo democrático, com ênfase na participação de todos os trabalhadores. Esse formato “diferenciado” se mostra como diferente à estrutura organizacional vigente e experienciada na dinâmica do trabalho há algumas décadas. Esse fato aponta para a necessidade da construção de novas bases de fundamentação na organização, visto que, o modelo vigente é pautado pela centralização do poder.

A autogestão para Carvalho e Pires (2001), deve ser compreendida como um sistema organizacional complexo, onde encontramos presente na praxis laboral processos efetivos de cooperação entre seus membros. E que, ainda

segundo os autores, tem como características centrais a descentralização das decisões e a autonomia decisória, visto que aos membros da organização, cabe a responsabilidade pela produção e pela gestão da empresa de forma coletiva.

Para Leon-Cedeño (1999), é preciso ir além da autogestão como, “politicamente correta” e propô-la como sendo uma “multiplicidade” e não simplesmente um método ou técnica a ser aplicado em contextos específicos. Tendo em vista esse fator múltiplo, a autora propõe seis categorias dinâmicas para compreensão do processo de autogestão, dentre as quais, interessa-nos, de modo especial, a categoria denominada de “agente externa”.

Essa categoria relaciona-se em muito com a proposta desse trabalho, na medida em que a autora menciona que, a categoria emerge quando,

“a experiência autogestora é promovida e comandada por pessoa(s) de fora – de outra classe social, nacionalidade ou profissão, ou as três características juntas- que usualmente gere(m) a obtenção de recursos para o empreendimento, e com quem se configuram relações encobertas de poder”. (grifo da autora) (LEON-CEDEÑO, 1999: 157).

Leon-Cedeño (1999), menciona o ente “de fora”, ou ainda, alguém “que não é dali” como sendo todos aqueles que fazem parte, de algum modo, da estrutura dos empreendimentos do associativismo e cooperativismo, mais não são “membros iguais” do grupo.

A separação que vem ocorrendo nesse contexto, entre os *de dentro* e os *de fora* pode ser prejudicial, podendo nos remeter a uma divergência da sociedade em classes sociais e em grupos dominantes e dominados, “o que cria ações do tipo: aqueles que trabalham junto à elite e aqueles que trabalham junto aos marginalizados”, ambas as posturas presas à idéia de que alguém “de fora” tem melhores condições de olhar para a situação-problema. (NÓBREGA, 2006: 102).

A presença de entidades externas às organizações solidárias vem sendo verificada por diversos autores, Gaiger (2004); Leon-Cedeño (1999); Nakano (2004); Nóbrega (2006); Pereira (2001). Esse tipo de atuação tem sido denominado outrora por esses autores como: agentes externos, apoiadores, mediadores ou mesmo grupo de mediadores.

A conceituação e adoção de uma idéia de alguém *de fora* ou *de dentro*, para denominar a forma de trabalho, “não é o que afeta o empreendimento, e sim o é a forma como esta adoção é feita” (LEON-CEDEÑO, 1999). E, em se adotando uma postura relacional hierárquica, ainda que velada, onde, os técnicos, que geralmente são externos à realidade, corre-se o risco de uma perpetuação da forma vigente de dominação, presente em organizações de caráter capitalista.

Elias (2000) trabalha em seu livro “os estabelecidos e os *Outsiders*” conceitos que apontam para uma relação conflituosa entre dois grupos, o qual relaciona às nomenclaturas “de fora e de dentro”. Ele aponta para questões de superioridade social e moral, pertencimento e exclusão. Para o autor, “a peça central dessa figuração é um equilíbrio instável de poder” (ELIAS, 2000: 23).

Pereira (2001) denomina de agentes externos os grupos de mediadores ou pessoas estranhas à comunidade, e que tenham como objetivo a intervenção direta na vida desses grupos, em especial no que se refere à organização e gestão dos mesmos.

Leon-Cedeño (1999) ressalta que, a autogestão na América Latina, não é autóctone, ou seja, não é formado ou originado no local onde acontece. As iniciativas autogestionárias chegam basicamente através do “agente externo”. E a vinculação desses com os empreendimentos solidários está ligada, em parte, ao aumento da complexificação social e da produção e ao crescimento das demandas e pressões externas relacionados ao mercado.

Com a ascensão de uma estrutura complexificada e amparada por um paradigma de racionalização do trabalho, os envolvidos nos empreendimentos da economia solidária, geralmente, se vêem incapacitados para a gestão “real” do negócio. O que tende a ampliar a participação e o poder do agente externo.

Por outro lado, a partir da demanda dos trabalhadores, as alternativas econômicas e sociais, a mediação desses grupos pode ser considerada como positiva, quando os “externos” apóiam e proporcionam aos grupos mediados que suas experiências transitem de uma lógica de sobrevivência para uma lógica de emancipação social e econômica. (GAIGER, 2004).

Nóbrega (2006), afirma que a autogestão é em si uma forma de fazer, de organizar, de construir um campo de ação, de reflexão que não precisa necessariamente de um técnico ou profissional para mostrar como se faz. Assim, ela deve acontecer no cotidiano do empreendimento.

Nessa direção, reafirma-se o questionamento proposto neste trabalho. Como os agentes/mediadores vêm desenvolvendo suas ações junto aos empreendimentos econômicos solidários no trato da gestão dessas iniciativas? E, para auxiliar esse debate, a menção sobre aspectos que relacionem poder e conflito pode subsidiar o norte dessa discussão.

2.2. Poder e conflito

Santos (2000) define o poder como “qualquer relação social regulada por uma troca desigual”. Tais desigualdades sejam elas materiais e/ou imateriais, articulam-se em assimetria de capacidades comunicativas, educativas, de tomada de decisão e de autonomia para organizar interesses.

Os estudos de Bourdieu marcam a dimensão social em que a relação entre os homens se constitui, principalmente, nas relações de poder. Onde elas reproduzem o sistema de dominação, ou seja, a sociedade é vista de certa forma, “apreendida como estratificação do poder”. (ORTIZ, 1983).

O local da ação de uma organização, ou a sua forma de relação “se particulariza como um espaço onde se manifestam relações de poder”. Em muitos casos, ocorre uma concentração do poder em uma minoria, sendo chamados de dominantes e outros que possuem pouca ou nenhuma forma de poder são chamados dominados. (BOURDIEU, 1989)

Do poder, decorre a influência, a capacidade de intervenção, da gestão e o direcionamento de uma organização, portanto, se um indivíduo possui poder, seja de que forma for, acredita-se que ele pode influenciar um membro ou mesmo um grupo. Um ponto que deve ser considerado nesse contexto é saber se os envolvidos no processo reconhecem e/ou legitimam o poder nessa estrutura.

Um ponto observado na economia solidária, segundo Sato (1999), são as relações que se constituem entre os que, apóiam, incubam e aqueles que são apoiados, incubados, fundamentalmente, estabelecidas por uma relação de conflito de sentidos. Este fato se dá pela diferenciação entre as posições que um profissional externo pode ocupar e os que um trabalhador de cooperativa popular pode ocupar. É preciso frisar que, a questão do conflito, não deve ser

naturalizada, mas indicar que o processo de incubação se dá a partir das particularidades, de diferenças, que podem, muitas vezes, levar a desigualdade na relação.

Elias (2000: 43), diz que nas relações envolvendo poder, “as tensões e conflitos de grupo inerentes a essa forma de relação podem manter-se latentes (...) ou aparecer abertamente, sob a forma de conflitos contínuos”.

Nakano (2004), afirma que para a constituição de uma prática de valores aceita e respeitada por todos, é necessário que a vivência do conflito esteja presente no cotidiano da ação, para que assim, ocorra a participação efetiva, a autonomia e a democracia.

Pode-se dizer que nos empreendimentos solidários, espera-se um posicionamento, onde, os sujeitos questionem as formas de poder centralizadas e hierarquizadas, buscando também, “modos de empoderamento que potencializem as lutas por dignidade e direitos sociais”. (VERONESE e GUARESCHI, 2005). Assim, a questão do poder está sempre presente quando questionamos os modos de trabalhar e gerir, ou melhor, autogerir os empreendimentos.

Esse debate demonstra-se como pertinente na análise da prática dos agentes/mediadores no processo de autogestão na economia solidária. Santos (2000) avalia que o horizonte de emancipação social que lhe instiga a trabalhar categorias sociológicas, filosóficas e psicológicas leva seu interesse a centrar-se na transformação das relações de poder existentes como *dominação* para a forma de relações de *autoridade compartilhada*.

2.3. Mediação e suas formas de atuação

A mediação, para Luison e Valastro (2004), é a mobilização de um projeto no “restabelecimento dos lugares de socialização para trabalhar em paralelo na reconstrução do vínculo social e apoiar modalidades alternativas de gestão das relações sociais”. E que favorece ainda, a “instalação de novos modelos de gestão, (...) estabelecidos sobre a base da confiança e da colaboração recíproca”.

Esse processo deve apoiar a cultura alternativa, promover um “compromisso e uma participação ativa dos protagonistas locais” na vida da comunidade em que vivem e nos grupos que se relacionam. (LUISON e VALASTRO, 2004).

Para Oliveira (1988), a mediação é “intrínseca ao movimento da realidade”, assim, está presente em cada âmbito de ação, seja em um movimento promovido pelo Estado, pela igreja, pela sociedade civil ou outra instância organizacional.

Pode-se, aqui, incluir a constituição e organização de empreendimentos econômicos solidários, como sendo um campo de ação da mediação. O que se comprova com as iniciativas da economia solidária sendo apoiadas/assessoradas por pessoas ou entidades denominadas de agentes externos, apoiadores, mediadores ou mesmo grupo de mediadores (GAIGER, 2004; LEON-CEDEÑO, 1999; NAKANO, 2004; NÓBREGA, 2006; PEREIRA, 2001).

Diversos são os motivos que levam tais entes “externos” a se vincularem aos empreendimentos solidários, que vão desde trabalhos assistencialistas, até intervenções que buscam uma gestão participativa plena. Faleiros (1985) descreve duas possibilidades de atuação para as instituições sociais. Em uma primeira possibilidade essas entidades se mostram preocupadas com o bem-estar da população. Esse posicionamento “é uma das condições de sua aceitação pelas classes dominadas”. Para o autor, essa postura “esconde o uso da violência, pela

busca de consentimento, da aceitação, numa serie de mediações organizadas para convencer, moldar, educar a compreensão e a vontade das classes dominadas". (FALEIROS, 1985: 32)

Pereira (2001) analisou a ação de grupos mediadores envolvidos na organização de assentamentos rurais e, relata que esses grupos não conseguiram estabelecer uma relação de diálogo com os assentados, não procurando reconhecer a trajetória e os valores culturais dos assentados, considerando o grupo trabalhado como homogêneo. O grupo de mediadores idealizava o que deveria ser colocado em prática pelos assentados, definindo assim, os rumos da organização do grupo, sem uma efetiva participação dos principais atores desse processo, os assentados rurais.

Esse tipo de mediação é entendido como uma forma de intervenção tutorial onde o grupo de mediadores identifica problemas e propõem soluções que consideram melhores, sem uma consulta ou mesma uma participação efetiva dos indivíduos do grupo trabalhado. (ALENCAR, 1990)

Para Faleiros, (1985) a atuação de agentes/mediadores nessa situação não modifica as condições de vida das classes populares; ela apenas avaliza a ilusão de um atendimento compensatório, pela oferta simbólica do serviço e do benefício. Vêem-se aqui, indícios de uma atuação com forte posicionamento assistencialista.

Outra forma de mediação está pautada pela busca da igualdade, ou pelo menos da redução da desigualdade de força, buscando "(...) criar estratégias e táticas que vão desencadear novas formas de práticas e resistências proporcionando e, ou possibilitando um processo de mudança no plano das correlações de forças" (FALEIROS, 1985: 37).

Para Gaiger (2004), a competência dos grupos mediadores, a partir da demanda dos trabalhadores, das alternativas econômicas e sociais, está na utilização de ferramentas e instrumentos, que permitam às experiências transitarem de uma lógica de sobrevivência para uma lógica de emancipação social e econômica, o que implica uma "ruptura progressiva com a condição subalterna, ao lado da remodelação gradual das aspirações, dos padrões materiais de subsistência e da lógica econômica de reprodução simples" (GAIGER, 2004: 375).

Fritz (2004) denomina esse tipo de atuação como "mediação transformadora", onde, para a autora, o enfoque se concentra na mudança de posicionamento dos participantes, "envolvendo-os na emancipação e reconhecimento do processo". Mais importante que o conflito ou mesmo a sua resolução, é a "mudança de postura dos envolvidos". Busca-se na mediação a responsabilidade dos resultados por parte dos membros do grupo e o mediador é um "facilitador que apóia o caminho que os envolvidos desenvolvem durante o processo".

3. Discussão

Diante do que vem sendo apresentado no presente texto, alguns pontos no trato dos três grandes temas desse estudo merecem destaque, a saber: empreendimentos econômicos solidários; agentes/mediadores externos e formas de gestão.

Sobre os empreendimentos solidários, afirma-se o caráter alternativo frente ao processo exclusório que azeita a dinâmica do mercado formal de trabalho. Mas, nesse caminho, a que se ressaltar as características de sua

abrangência, visto que, ainda é questionável a afirmação de que tal alternativa possa, efetivamente, se constituir como uma forma total de sobreposição ao modelo vigente da sociedade atual, pautado pelo capitalismo. O que parece soar como consenso entre diversos autores é que a economia solidária, na forma de suas iniciativas de geração de trabalho e renda cumpre seu papel, principalmente, na construção, ou subsidio a um sujeito social. Onde, os indivíduos, outrora totalmente excluídos da sociedade, possam se sentir, através dessas iniciativas, inseridos de alguma forma e em algum momento, como parte constituinte do processo societal.

Tal fato está para além da simples aquisição de poder material, ou seja, da obtenção de receita, lucro, verba, moeda financeira de troca. Ele está para a aquisição de um posicionamento individual diante do coletivo/comunitário. O que, a certo modo, pode-se considerar como um processo incipiente de constituição de um sujeito social de direito.

Sobre os agentes/mediadores a que se mencionar a constância de sua participação em ações sociais e, de modo central, a forma como tal inserção vem ocorrendo. Visto que, é significativo o número de iniciativas da economia solidária que necessitam da atuação dos agentes/mediadores para se instituir e se manter, seja por meio de financiamento, seja pela assessoria na mobilização, na organização e, ou na gestão das atividades. Assim, a forma de atuação desses agentes/mediadores, se pautando por um posicionamento, mais, ou menos participativo, pode acarretar em conseqüências relacionadas à construção da autogestão nos empreendimentos econômicos solidários, bem como da apropriação dessas iniciativas por parte dos membros do grupo.

Cabe aqui, mencionar que, em muitos casos, as ações de diversos grupos de apoiadores em nada condizem com os princípios e preceitos da economia solidária. Servem em alguns casos, de fachada para lavagem de dinheiro ilícito de meios públicos e outras fontes questionáveis, sendo vistas ainda, por alguns, como fonte de emprego, em detrimento dos preceitos de transformação social ao qual se propõe.

E por último, no questionamento das formas de gestão deve-se ressaltar a necessidade de implicação dos membros dos grupos apoiados na organização e gestão de seus empreendimentos. A que se buscar uma saliência nas formas de participação e poder dispensado a estes membros. Sendo substancial diferenciar, por exemplo, a decisão de uma ação capital para o empreendimento, de uma deliberação sobre questões de importância secundária, como a cor e forma do uniforme do grupo.

A autogestão deve ser tomada, por todos envolvidos no processo, como um objetivo fim e também como a mola propulsora das ações, tanto dos apoiadores bem como dos apoiados. Aos primeiros cabe sempre, estar atento a todo processo, buscando em cada atividade cotidiana um passo em direção à autogestão. E aos apoiados, ter nessa forma de gestão uma possibilidade de saída, ou mesmo uma entrada para uma atividade diferenciada.

Conclusão

Os empreendimentos da economia solidária têm, em geral, congregado as populações excluídas do mercado de trabalho. Nessas iniciativas os projetos e atividades econômicas passam a ser suporte de algo essencial para a vida dos excluídos: a participação efetiva, a criação dos vínculos sociais e a busca pela autogestão e autonomia (KEMP, 2001).

Para compreender a situação desses empreendimentos é necessário estar atento ao complexo que mobiliza os vínculos constituídos internamente e às alianças estabelecidas externamente.

Tomando-se como tema a prática dos agentes/mediadores externos no processo de autogestão junto a empreendimentos econômicos solidários, a busca por uma melhor compreensão sobre como estes se inserem, se relacionam e atuam junto ao grupo figura-se como ponto de grande relevância quando fala-se na construção de empreendimentos econômico solidários.

Nesse sentido, acredita-se que a atuação dos “externos” pode assumir duas formas conseqüenciais, de um lado, como facilitador da assunção de seres autônomos e inseridos em empreendimentos autogeridos, e por uma outra via, como propagador da relação dominador/dominado.

Acredita-se, que na visão dos agentes, deve-se ter sempre como questão norteadora da ação junto a empreendimentos solidários a seguinte interrogativa: A quem interessa a autogestão do grupo?

Se por um lado, entende-se que, interessa ao empreendimento solidário e conseqüentemente aos membros, as ações dos apoiadores/mediadores, possivelmente estão sendo executadas de modo a privilegiar um fim autogestionário. Mas, por outra via, se o entendimento não for claro, ou mesmo não houver a compreensão de que o grupo apoiado é seu maior beneficiário, deve-se questionar as ações desses apoiadores/agentes.

Assim, a atuação de agentes externos no contexto da economia solidária deve seguir os princípios que norteiam tal movimento, sendo constante a avaliação e re-avaliação do processo cotidiano, tendo como busca efetiva e contínua a real autonomia dos sujeitos inseridos em empreendimentos econômicos solidários.

Bibliografia

ALENCAR, E. (1990), Intervenção tutorial ou participativa? **Cadernos de Administração Rural**, Lavras, v.2, nº 1, p. 22-43, Jan/jun.

CARVALHO, Ricardo A. A, e PIRES, S. D. (2001), **A autonomia e a autogestão: apontamentos teórico-metodológicos sobre a práxis em empreendimentos da economia solidária**. NESTH/UFMG, BH.

BOURDIEU, P. (1998), **O Poder Simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. 2ª ed. RJ Bertrand Brasil.

ELIAS, Norbert. (2000), **Os estabelecidos e os outsiders: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera Ribeiro. RJ, Jorge Zahar Ed.

FALEIROS, V. P. (1985), **Saber profissional e poder institucional**. São Paulo, Cortez.

FRITZ, Jan Marie. (2004), "Derrière la magie: Modèles, approches et théories de médiation", **Espirit critique**, Vol.06, No.03, ISSN 1705-1045, (Tradução livre) Consulta na internet: <http://www.espritcritique.org>

GAIGER, Luiz Inácio. (2004), As emancipações no presente e no futuro. In Gaiger, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS.

KEMP, Valeria H. (2001), **Práticas associativas da economia solidária e laço social**. PUC/SP Tese Doutorado.

LUISON, Lucio et VALASTRO, Orazio Maria. (2004), "Du processus aux pratiques de médiation", **Espirit critique**, Vol.06, No.03, ISSN 1705-1045, (Tradução livre) Consulta na internet: <http://www.espritcritique.org>

LEON-CEDEÑO, Alejandra A. (1999), **Guia Múltiplo da Autogestão: um passeio por diferentes fios de análise**. PUC/SP – Tese de mestrado.

NAKANO, M., Almeida, E. Villar, M.E.V. (2004), A participação efetiva e a conquista da autonomia. In Gaiger, Luiz Inácio (org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS.

NÓBREGA, J. S. (2006), **As possibilidades de uma ecologia de saberes: a negociação de sentidos no processo de incubação**. PUC/SP – Tese de mestrado.

OLIVEIRA, R. N. C. (1988), A mediação na prática profissional do assistente social. In. **Serviço social e Sociedade**, Nº 26 Abril/Jun.

ORTIZ, Renato (Org). (1983), **Pierre Bourdieu: Sociologia**. Trad. Paula Montero e Alcía Auzmendi – SP Ática.

PEREIRA, J. R. (2001), Visões mediadoras e o papel dos diagnósticos participativos na organização de assentamentos rurais. **Revista de Administração da UFLA**, v.3, nº 2 jul/dez.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (2000), **A crítica da razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. Porto: Afrontamento.

SATO, Leny. (1999), "Djunta-mon": o processo de construção de organizações cooperativas. **Psicologia USP**. São Paulo, SP, v. 10, nº 2, p. 219-225.

SINGER, Paul. (2002a), **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

_____. (2002b), A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil (pp. 81-103). In Santos, B. (Org) **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.

VERONESE, Marília Veríssimo GUARESCHI, P. (2005), Possibilidades solidárias e emancipatórias do trabalho: campo fértil para a prática da psicologia social crítica - **Psicologia & Sociedade**. vol.17 no.2 Porto Alegre Mai/Ago.